



Índice

- 01** Rondônia: Projeto Açaí capacita professores indígenas de 32 etnias
- 02** Amazônia Brasileira fala da questão dos povos indígenas de Rondônia
- 03** Polícia Militar e prefeitura discutem segurança dos Jogos Mundiais Indígenas
- 04** Projeto vai mapear como populações antigas cuidavam da Amazônia
- 05** Projeto visa diminuir incidência da doença de chagas em comunidades
- 06** Prefeitura inicia semana atendendo comunidade indígena da Aldeia Uberaba
- 07** Enchentes causam danos e deixam desabrigados no Acre
- 08** Justiça do Amapá dá início à Jornada Itinerante Fluvial
- 09** Turma do TRF concede HC preventivo a cacique de tribo Tupinambá contra ato da Subseção de Ilhéus em ação de reintegração de posse
- 10** Pescadores do interior fazem fila em Belém para receber seguro defeso
- 11** Justiça reconhece que Morro dos Cavalos é terra Guarani
- 12** Unidades móveis vão ajudar no enfrentamento à violência contra as mulheres
- 13** Sesau discute saúde da população negra com entidades de classe
- 14** Plano Estadual de Contingência da Defesa Civil auxiliará municípios em caso de enchente
- 15** Após cheia, governo decreta estado de calamidade em cidade do Acre



- 16 Indígenas de Rondônia e Mato Grosso se preparam para lutar por suas terras
- 17 Preso grileiro responsável por 20% do desmatamento da Amazônia
- 18 Mais uma: "Justiça suspende estudo de demarcação da Terra Indígena Roro-Walu em Paranatinga"
- 19 I ato em repúdio aos assassinatos sofridos pelos Maxakali
- 20 Indígenas do Alto e Médio Solimões vão à ALE-AM discutir suposta extinção da Seind
- 21 Homem considerado o maior desmatador da Amazônia é preso
- 22 Projeto leva consciência ambiental a comunidades ribeirinhas; 7 toneladas de lixo são recolhidas das margens do rio
- 23 Grupo bloqueia trecho da Constantino Nery e prejudica trânsito em Manaus
- 24 O que não aprendemos com Dorothy Stang
- 25 Subindo, subindo...
- 26 Corumbá registra 258mm de chuva em fevereiro e população ribeirinha entra em alerta
- 27 Vicentinho é contra PEC que propõe alteração na competência para demarcação de terras indígenas
- 28 Indígenas de Rondônia estão em Brasília para lutar por demarcação
- 29 MG – Quilombolas buscam formas de barrar expansão imobiliária em território
- 30 Briga entre indígenas termina com um ferido em santa helena velha



Rondônia: Projeto Açaí capacita professores indígenas de 32 etnias

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.02.2015

Alunos indígenas são preparados para o Ensino Fundamental nas aldeias de Rondônia

Alice Thomaz – Rondonia Dinamica

Uma nova turma de professores indígenas está sendo formada pelo governo do Estado para o exercício do magistério nas aldeias de Rondônia. Trata-se da terceira edição do curso de Formação de Ensino Médio para o Magistério Indígena, que teve o primeiro módulo encerrado na semana passada, no Hotel Minuano, em Presidente Médici.



De acordo com uma das coordenadoras do projeto da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), Ângela Gahu da Silva, um novo módulo está previsto para o mês de abril.

Ela conta que são 120 alunos distribuídos em pelo menos 32 etnias, entre as quais Suruí, Arara, Gavião, Tupari, Cinta Larga, Karitiana, Kaxarari, Oro não, Oro Waram, Oro Win, Oro at, Xijein, Oro Mon, Wajuru, Macurap, Cão Orowaje, Orojowin, Oro eo, Jabuti, Sakyrabia, Aruak, Miguelenos, Mamaindê, Aikanã, Sabanê, Uru Eu Wau Wau, Latundê, Canoé, Amondawa e Kampé. O curso está dividido em 10 módulos, quatro dos quais serão ministrados neste ano e a conclusão está prevista para 2017. Além das aulas presenciais, os alunos serão supervisionados nas próprias aldeias com aula não presencial, com carga horária para cumprir.

O primeiro curso de formação indígena teve início em 1997 e só foi concluído em 2004. O segundo durou de 2009 a 2013. Os novos professores são capacitados para lecionar do 1º ao 5º anos, com matérias previstas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), além de disciplinas que se relacionam com a parte pedagógica e questões indígenas, como línguas nativas, identidade e cultura indígena. Conforme Ângela Gahu, parte dos alunos já vem com uma bagagem de sala de aula, mas a turma atual é uma das mais privilegiadas, pois a maioria dos alunos tem Ensino Médio, e agora se especializa no magistério.

CONT.



Para ter acesso ao curso de formação, os candidatos passam por um processo de seleção na própria aldeia. Um dos critérios é que tenham o Ensino fundamental. A maioria dos interessados é do sexo masculino e a faixa etária é um pouco diversificada. "No último grupo os alunos eram mais velhos. Atualmente eles estão na faixa dos 17 aos 30 anos, alguns saindo do Ensino Médio", observou Ângela, lembrando que os professores são selecionados pela própria Seduc, de acordo com a área de atuação.

CONCURSO

Rondônia tem 109 escolas indígenas e cerca de 3.400 alunos matriculados, número que deverá ser expandido ao longo deste ano, com a implantação do Ensino Médio regular em algumas aldeias. Mas a quantidade de professores ainda não atende à necessidade. Por isso é aguardada a realização do primeiro concurso para contratação de professores indígenas, previsto para este semestre.

Na aula de História da Educação, a professora Laide Ferreira, com cerca de 30 alunos de várias etnias, detinha a atenção de todos, que buscavam entender detalhadamente cada explicação da professora.

Alberto Gavião, de Ji-Paraná, 26 anos, contou que até os 4 anos de idade estudou na própria aldeia, depois estudou com brancos. Ele acha importante a oportunidade de se aperfeiçoar para ser um professor em sua própria tribo. Em outra sala de aula, desta vez o assunto era filosofia. A professora Érica Raihaise dava aula para 14 etnias de cinco municípios deferentes.

Osmar Tupari, 21, se prepara para ser o cacique de sua aldeia no futuro. Ele não é filho único, mas acha possível herdar o título de maior autoridade tribal do pai, que herdou de seu avô. Mas enquanto isso não acontece, ele quer ser professor. "Quero levar conhecimento para o meu povo, para minha aldeia".

Ele explicou que os tuparis estão mais concentrados na região de Alta Floresta, mas que seus antepassados escolheram se estabelecer na região do rio Guaporé, na localidade de Uruçari. O acesso é difícil. Da aldeia a Guajará-Mirim são necessárias 20 horas de barco. Na volta para casa, como é contra a maré, são 36 horas de viagem. "Mas vale a pena", constata.

A aldeia tem cerca de 80 pessoas e vive da pesca e do plantio de banana, abacaxi e mandioca. Uma das preocupações de Osmar é quanto ao desaparecimento da língua nativa. "Hoje só umas tias mais velhas falam nossa língua".

Mas ele acredita que o curso de magistério já o está ajudando desde o início, uma vez que teve a oportunidade de contatar parentes por parte do avô, que vivem em aldeias em Alta Floresta, e já estão tratando de um intercâmbio para aproximação e trabalhar em conjunto o resgate do idioma nativo em sua aldeia. "A nossa língua é um bem muito importante e não podemos perder isso", observa.

CONT.



Para o jovem, o alerta surgiu já dentro do curso, com a convivência com outros indígenas. “Assim como o interesse pelo resgate do idioma nativo, muitas outras particularidades das tribos são despertadas no decorrer do aprendizado”, explica Ângela Gahu.

Maria Clenilce Kanoé Macuripe, 25, assistia aula acompanhada do bebê Cabixi, de menos de 30 dias de vida. Na distante aldeia, na região de Guajará-Mirim, em uma localidade identificada como Baía das Onças, deixara outros três filhos aos cuidados da mãe, que se formou na turma anterior. Superando obstáculos, a indígena disse que quer chegar ao fim do curso, pois entende que a educação poderá melhorar a vida do seu povo que, segundo ela, é muito sofredor. Para Clemilda, a função de professora vai ajudar não somente a ela e a sua família, mas a todo o povo.

O segundo módulo do curso está previsto para outubro, quando alunos e professores vão passar em torno de 30 a 35 dias distantes de seus familiares.

Os professores têm um sistema de revezamento, mas os alunos permanecem todo o tempo no alojamento. Durante o período são atendidos não só por profissionais da Seduc, como também da Secretaria de Saúde (Sesau). A formação faz parte de uma parceria dos governos estadual e Federal.

Foto: Alberto Gavião quer ensinar índios de sua aldeia – Écio Mendes.



Amazônia Brasileira fala da questão dos povos indígenas de Rondônia

SÍTIO PORTAL EBC, 23.02.2015

Henrique Suruí e delegação de povos indígenas do estado participam do programa desta terça-feira (24)



Terra Indígena Rio Branco em Rondônia
Arquivo pessoal / Beth Begonha

Os povos indígenas de Rondônia foram muito atingidos pela filosofia desenvolvimentista implantada no estado desde o tempo em que era ainda território. Muitas etnias foram extintas, e as que ainda resistem vivem diversos problemas com forte pressão do agronegócio, tanto da plantação de soja quanto da criação de gado, garimpos, hidrelétricas, dentre outras atividades incompatíveis com o modo de vida tradicional dessas populações. Poucos conseguiram o reconhecimento e a demarcação de suas terras pelas quais vêm lutando há décadas.

Um novo elemento tem trazido tensão às populações indígenas locais: a chegada do REDD, conhecido como Crédito de Carbono. Esse mecanismo que prevê a compensação pela preservação ambiental, mas também impõe modificações no modo tradicional de vida dos índios e as propostas têm dividido etnias, inclusive separando famílias.

A delegação tem reuniões já marcadas na Funai e na Procuradoria Geral da República, onde discutirão ainda a ameaça que representa para as populações indígenas a PEC 215, que a qualquer momento voltará à pauta do Congresso. A proposta de emenda à Constituição coloca em risco o método usado para o reconhecimento e a demarcação de terras indígenas, que deixaria de ser plenamente técnico e passaria a ficar sob forte influência política. Além disso a PEC também prevê a possibilidade de diminuição de área de TIs já demarcadas, e outras práticas que colocam em risco sua própria razão de ser, que é manter seu modo de vida tradicional.

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A produção e a apresentação são de Beth Begonha.



Polícia Militar e prefeitura discutem segurança dos Jogos Mundiais Indígenas
SÍTIO SURGIU.COM, 23.02.2015

Na manhã desta sexta-feira 20, o comandante-geral da Polícia Militar (PM), coronel Glauber de Oliveira Santos, recebeu o secretário municipal de Segurança e Defesa Civil, Francisco Viana Cruz, para a apresentação da estrutura dos Jogos Mundiais Indígenas, que acontecerão de 18 a 27 de setembro, em Palmas.



O encontro teve como finalidade também convidar o comandante-geral para uma reunião que será realizada dia 3 de março, para apresentação da estrutura dos Jogos Mundiais Indígenas e a validação da Comissão Integrada de Segurança, à qual a PM fará parte. Estavam presentes ainda o superintendente da Defesa Civil, Iranilton Sales, o superintendente da Guarda Metropolitana, inspetor-chefe Cardoso, o inspetor-chefe Alberto Constantino e o inspetor-chefe Moraes.

Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas deverão reunir mais de dois mil atletas de 30 países. Além dos indígenas das Américas, também estarão presentes os povos da Austrália, Japão, Noruega, Rússia, China e Filipinas. Do Brasil, cerca de 24 etnias devem participar da competição.



Projeto vai mapear como populações antigas cuidavam da Amazônia

SÍTIO EM.COM, 23.02.2015

Intenção é detectar práticas que possam ser usadas na preservação da floresta

Isabela de Oliveira

Uma das paisagens mais marcantes do território sul-americano, a Amazônia foi considerada área intocada até 1492, quando Cristóvão Colombo chegou ao Novo Mundo. Um projeto lançado na reunião anual da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), que acontece na Califórnia (EUA) até segunda-feira, vai investigar se essa ideia é realmente verdadeira. Encabeçada pela Universidade de Exeter, no Reino Unido, a pesquisa focará como as sociedades antigas lidavam com a mata, quais impactos deixaram e se essas práticas podem ser aproveitadas para assegurar, agora, a sustentabilidade da floresta.

“A maioria das pessoas que trabalha nessa área acredita que a Amazônia era intocada. Nós planejamos identificar se há marcas humanas na floresta porque a biodiversidade que queremos preservar não é apenas a que resultou de milhares de anos de evolução natural. Quando os humanos começaram a povoar o território, há 13 mil anos, iniciaram mudanças no ambiente, criando, por exemplo, plantas que alteraram a aparência da floresta”, diz José Iriarte, líder da pesquisa.

A expectativa é de que o estudo dure quatro anos. No Brasil, o trabalho contará com a articulação da pesquisadora Denise Schaan, arqueóloga e professora da pós-graduação em antropologia da Universidade Federal do Pará; além de Luiz Aragão, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A equipe multidisciplinar tentará estimar quanto os ecossistemas amazônicos foram afetados pelas atividades dos pré-colombianos, assunto que gera debates no meio acadêmico.

Denise Schaan conta que a parceria com Iriarte começou em 2011, em pesquisas sobre geoglifos (grandes figuras feitas no chão) do Acre, coordenadas por ela desde 2007. Com o financiamento da União Europeia – um montante de 1,7 milhão de euros custeado pelo Conselho Europeu de Pesquisa –, o projeto assumiu dimensões maiores, sendo ampliado para outros, com esforços mais intensos na coleta de amostras. Passou também a contar com uma equipe mais numerosa e capacitada.

Nela, há estudantes brasileiros e de outros países, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e o Reino Unido. O projeto permitirá que eles construam teses de doutorado em favor do tema ou que efetuem estágios de pós-doutorado dentro da própria investigação. São arqueólogos, etno-historiadores, arqueobotânicos, paleoecologistas, cientistas do solo e da paisagem, além de especialistas em sensoriamento remoto.

CONT.



Áreas escaneadas

Quatro regiões da floresta estão na mira dos pesquisadores. Uma delas é a chamada Terra preta de índio, em Santarém, no Pará. Essa é uma terra altamente fértil, onde foram encontrados vestígios de sociedades antigas, como vasos de cerâmica. Por enquanto, sabe-se apenas que ela deriva de um processo de compostagem e queima controlada. Como isso era feito antes da chegada de Colombo, entretanto, é uma questão a ser investigada pelo time de Iriarte.

Também serão estudadas as áreas de interflúvio dos rios Purus e Madeira, na Amazônia Central; os geoglifos do Acre, no Sudeste da floresta; e as valas pré-históricas na Amazônia boliviana. Um equipamento de sensoriamento remoto – o Light Detection and Ranging (Lidar), usado para mapas de alta resolução – acoplado a um veículo aéreo não tripulado (Vant) para digitalizar a superfície da floresta permitirá que áreas tão diferentes possam ser escaneadas.

Os primeiros resultados devem ser divulgados no início do ano que vem, mas Denise Schaan antecipa que havia, sim, intervenções humanas relevantes antes de Colombo. “Já sabemos que os povos indígenas alteraram bastante os vários ambientes amazônicos, construindo estradas, barragens, campos elevados para agricultura, aterros e locais irrigados, por exemplo. As práticas agrícolas deles, que envolviam desmatamento, também alteraram a biodiversidade, gerando aumento de diversidade de espécies em vários lugares”, diz.

Segundo a pesquisadora, porém, ainda não se sabe os alcances desses impactos. “Também conhecemos pouco sobre o que plantavam, como manejavam os campos de cultivo, o que comiam. O projeto vai trazer respostas a essas perguntas”, espera a arqueóloga,

CONT.



acrescentando que o trabalho vai gerar uma cronologia refinada dessas modificações e desses manejos, inexistente até hoje para a Amazônia.

Novas políticas

Iriarte reforça que compreender a origem e a dinâmica das práticas agrícolas do período pré-colombiano tem amplas implicações para o futuro da Amazônia sustentável, como ajudar na implementação de formas sustentáveis de agricultura que garantam segurança alimentar para populações rurais mais pobres e vulneráveis da floresta.

É possível ainda que a empreitada ofereça alternativas para o desmatamento de áreas tropicais exigido pela agropecuária. "Poderíamos aprender lições valiosas ao entendermos como a gestão da terra era feita pelas culturas do passado", diz Iriarte.

Para Schaan, esse é um dos pontos mais fortes da pesquisa. "As políticas atuais para a Amazônia geralmente se baseiam na ideia da floresta como um ambiente selvagem e prístino; não levam em consideração práticas de manejo que foram eficientes por séculos. Nossa tarefa, enquanto cientistas, é informar à sociedade sobre a história desses ambientes, pois, sendo mais conhecidos, os projetos atuais podem ser mais bem planejados."

Projeto visa diminuir incidência da doença de chagas em comunidades

SÍTIO GLOBO.COM, 23.02.2015

*Em Cabrobó, comunidades vão receber 61 novas residências.
O Programa também atua em Salgueiro e já construiu 106 casas.*



Unidade municipal de ensino funciona em casa de taipa (Foto: Antônia Silva da Cruz)

As casas de taipa de 61 famílias quilombolas de Cabrobó, no Sertão de Pernambuco, serão substituídas por construções de alvenaria. O objetivo é diminuir a incidência do barbeiro, inseto transmissor da Doença de Chagas. A entrega está prevista para 2016.

As famílias quilombolas beneficiadas residem próximo às obras de Transposição do Rio São Francisco. Segundo o secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Osvaldo Garcia, o Programa de Apoio a Comunidades Quilombolas (PBA17) foi iniciado em 2007 e faz parte do Projeto São Francisco. Anteriormente já foram construídas 24 casas no município de Cabrobó, visando a melhoria na qualidade de vida.

"As novas casas devem contribuir com as condições de saúde das famílias, pois as residências de taipa favorecem a proliferação do transmissor da doença. Com a construção das de alvenaria, a incidência da doença de Chagas diminui", declara.

O programa

O PBA17 também atua em outras ações nas comunidades como a construção de postos de saúde e a implantação de banheiros nas casas de alvenaria, além de oficinas de capacitação e gestão produtiva, abastecimento de água para as comunidades próximas ao canal e inclusão digital. O Programa também atua no município de Salgueiro, onde já construiu 106 casas.

Prefeitura inicia semana atendendo comunidade indígena da Aldeia Uberaba
SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 23.02.2015



Com a Lancha Social, Prefeitura atende comunidades de várias regiões do Pantanal corumbaense

Fonte: Assessoria de Imprensa PMC

A Prefeitura de Corumbá realiza a partir desta segunda-feira, 23, atendimento à população indígena da etnia Guató residente na Aldeia Uberaba, localizada na Ilha de Ínsua, cerca de 300 quilômetros ao norte da área urbana do maior Município pantaneiro.

Os serviços estão a cargo da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, por meio da equipe do Centro de Referência de Assistência Social Itinerante (CRAS Itinerante), e serão desenvolvidos até a próxima sexta-feira, 27. O cronograma estabelecido segue uma orientação do prefeito Paulo Duarte, que é levar atendimento a todas as famílias ribeirinhas, independente da região onde vivem.

Durante este período, conforme a secretária de Assistência Social e Cidadania, Mabel Marinho Sahib Aguilar, será feita uma busca ativa para identificar e cadastrar as famílias em extrema pobreza, no Cadastro Único do Governo Federal, desenvolvido no Município em parceria com a Prefeitura de Corumbá.

CONT.



"Será importante para definir também desenvolvimento de ações que sejam efetivas na superação da miséria vivida por estas famílias", ressaltou. A ação será desenvolvida pelo CRAS Itinerante com apoio de uma equipe médica da Secretaria Especial de Saúde Indígena.

Durante cinco dias as equipes realizam visitas domiciliares com orientação e encaminhamentos; acompanhamento familiar, oferta de serviço de fortalecimento de vínculos para as crianças e adolescentes que vivem na aldeia, bem como apresentação de filmes objetivando ampliar o universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, além de estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã.

Lancha Social

O trabalho é desenvolvido com apoio da Lancha Social que seguiu no domingo para a Aldeia Uberaba com dois assistentes sociais, uma psicóloga, uma assistente administrativa, um agente da Defesa Civil, um timoneiro e um mecânico fluvial, além da equipe da SESAI.

A lancha é fruto de uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) destinou a embarcação para uso exclusivo da Secretaria de Assistência Social e Cidadania para atender famílias ribeirinhas residentes em regiões de difícil acesso, trabalho destacado em 2014 pelo Governo Federal, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, evento coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que aconteceu em Brasília.

O barco possuiu 12 lugares e é equipado com duas barracas de montagem rápida, quatro mesas retráteis, cadeiras e até um gerador de energia. Segundo a coordenadora do Cras Itinerante, Lilia Maria Bezerra, a lancha está permitindo atender com "mais qualidade e agilidade as comunidades ribeirinhas de Corumbá, mesmo as que estão mais distantes".

A embarcação está permitindo transportar as equipes e materiais necessários para oferta dos serviços e ações de proteção social básica, com objetivo específico de viabilizar atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza e que residam em comunidades com espalhamento ou dispersão populacional devido às características específicas da região pantaneira.

A lancha social permite ainda a oferta prioritária dos serviços e ações da Proteção Social Básica e, se necessário, outros serviços e ações socioassistenciais no âmbito do Serviço Único de Assistência Social (SUAS), ampliando a atuação junto às famílias e comunidades que vivem em regiões ribeirinhas de forma mais regular e sistemática.



Enchentes causam danos e deixam desabrigados no Acre

SÍTIO PORTAL EBC, 23.02.2015

Graziele Bezerra

As chuvas que caíram em território acriano neste fim de semana fizeram o Rio Acre transbordar em diversos municípios, trazendo o caos para centenas de pessoas.

Em Brasiléia, na fronteira do Brasil com a Bolívia, 800 famílias ribeirinhas foram atingidas pela subida das águas. Pelo menos 220 estão desabrigadas.

A cidade está em situação de emergência. O governador Tião Viana espera o aval da Defesa Civil Nacional para decidir sobre o decreto de estado de calamidade.

Na capital, Rio Branco, o rio também transbordou, deixando a Prefeitura em alerta. Um abrigo público foi montado no Parque de Exposições Marechal Castelo Branco, com capacidade para abrigar 160 famílias.

Em Assis Brasil, cidade acriana na fronteira com o Peru, a cheia do Rio Acre atingiu 140 casas.

E em Xapuri, a 175 quilômetros de Rio Branco, o Rio Acre ultrapassou a cota de transbordamento de 13,4 metros, chegando a quase 15 metros, e a probabilidade é que o nível do rio suba ainda mais.

Pelo menos 60 famílias tiveram que deixar suas casas e seguem alojadas em escolas e no ginásio poliesportivo da cidade.

Justiça do Amapá dá início à Jornada Itinerante Fluvial

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 23.02.2015

Atividades foram iniciadas com os atendimentos na Vila Progresso/Bailique



Uma equipe composta por 56 pessoas deu início a mais uma edição da Jornada Itinerante Fluvial, realizada desde 1996 no Arquipélago do Bailique. De acordo com a coordenação da Jornada, a ação tem por objetivo garantir atendimentos jurisdicionais às comunidades ribeirinhas da região.

Durante uma semana, magistrados, servidores, colaboradores e parceiros realizarão uma série de atividades que vão desde o registro civil de crianças e até de adultos, a conflitos mais sérios, de ordem criminal.

As atividades foram iniciadas nessa segunda-feira, 23, com os atendimentos na Vila Progresso, que prosseguem até terça; na quarta e quinta, a ação ocorre em Itamatatuba; e os trabalhos serão finalizados na sexta-feira na comunidade de Ipixuna Miranda. Nesta Jornada, os Consultores Joel Solon (ex-diretor do Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos do Conselho Nacional de Justiça), e Gean Melo acompanham as ações realizadas pela Justiça.

Na Jornada, a Justiça do Estado e parceiros como Ministério Público, Defensoria Pública, Corpo de Bombeiros, Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) e órgãos estaduais e municipais estarão empenhados no melhor cuidado de orientar e esclarecer os cidadãos ribeirinhos sobre os serviços prestados.



Turma do TRF concede HC preventivo a cacique de tribo Tupinambá contra ato da Subseção de Ilhéus em ação de reintegração de posse
SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 24.02.2015

A 4ª Turma do TRF da 1ª Região, por unanimidade, concedeu habeas corpus preventivo a um cacique da Tribo Indígena Tupinambá de Olivença a fim de impedir que o índio seja preso caso não desocupe propriedade particular indevidamente ocupada. O pedido foi feito pelo Ministério Público Federal contra ato do Juízo Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus.

O proprietário do Conjunto Agrícola São Marcos, área ocupada por aproximadamente 80 indígenas, em 11/08/2013 entrou com ação de reintegração de posse na Justiça Federal. Cerca de um ano depois, em audiência, o Juízo decidiu que os indígenas teriam 20 dias para desocupar a propriedade, sob pena de prisão preventiva do cacique.

Para impedir a prisão, o MPF recorreu ao TRF1, ao argumento de que “a autoridade impetrante, ao ameaçar de prisão o paciente, está desvirtuando medida penal para utilizá-la como ameaça para cumprimento de decisões cíveis de reintegração de posse”. O órgão ministerial ainda sustentou que “as medidas cautelares devem ser aplicadas para servir ao processo em que são adotadas, não como forma de ameaça permanente contra determinada pessoa, para casos futuros desvinculados daquela ação, como a autoridade impetrada faz”.

Para o relator, juiz federal convocado Pablo Zuniga Dourado, o MPF tem razão em suas alegações. “A ameaça de prisão do paciente caracteriza desvirtuamento de medida cautelar penal para ação diversa, com o fim de coagir o paciente ao cumprimento de decisões cíveis, exaradas em outro processo, que trata de reintegração de posse”, fundamentou.

Ainda de acordo com o magistrado, a hipótese em questão configura violação do inciso LXVII do art. 5º da Constituição Federal, bem como da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).



Pescadores do interior fazem fila em Belém para receber seguro defeso

SÍTIO GLOBO.COM, 24.02.2015

Pessoas que perderam benefício dormem na fila na capital.
Ministério diz que atendimento começa 8h e tem distribuição de senhas.

Pescadores do interior do Pará passam a noite em filas organizadas em frente ao prédio do Ministério da Agricultura, em Belém, para atualizar os dados do seguro defeso, um benefício concedido pelo Governo Federal que paga para famílias que dependem da pesca durante o período em que a atividade está proibida por conta da reprodução de espécies de peixes.

De acordo com o Ministério da Pesca, a maioria dos beneficiados deixou de receber o benefício porque não conseguiu atualizar o cadastro pela internet, já que nas cidades do interior o acesso à rede é menor. Por isso a grande procura na capital.

Dezenas de pescadores enfrentam a espera, e muitos vem acompanhado das famílias - crianças chegam a passar a madrugada, improvisando locais para o descanso durante a espera desconfortável. Regina Célia Pedrosa trouxe um neném de seis meses, por não ter como deixar a criança com algum cuidador. "Tem que trazer, porque ele ainda mama. É uma dificuldade", desabafa.

Problemas no atendimento

Segundo Marluce Conceição, o seguro é a única alternativa para os meses do defeso. "A gente é pescador, sobrevivemos desta função", disse. Segundo Luis Souza, diversos pescadores já estão sem receber o benefício. "A gente fica sem receber ainda. Aí corre aqui atrás", disse.

Nem sempre o atendimento acontece no mesmo dia. Saliane Silva tentou fazer o cadastro na última segunda-feira, mas não foi atendida. "Não consegui e marcaram para eu vir hoje. Me deram um formulário, preenchi tudo e vim de novo".

As primeiras pessoas na fila são atendidas por volta de 8h da manhã. Cerca de 150 pessoas são atendidas todos os dias, entre segunda e quarta-feira, mas o atendimento é irregular. "Toda vez chego aqui e dizem que está sem energia, com sistema fora do ar, e vão enrolando", reclama Márcio Pastanan.

O Ministério da Pesca e Aquicultura informou que compreende as dificuldades enfrentadas pelos pescadores, mas alerta que cada pescador deve procurar sua colônia, sindicato ou associação para regularizar o cadastro antes do fim do prazo para evitar a suspensão do benefício.



Justiça reconhece que Morro dos Cavalos é terra Guarani

SÍTIO CIMI, 24.02.2015

“Não consegui em voz falar ainda sobre o que esta conquista significa para nós, existe um nó dentro do peito que não me permite soltar esse grito”, assim manifestou-se Kerexu Yxapyry - Eunice Antunes cacique da TI Morro dos Cavalos (SC) após saber a decisão judicial, do juiz Federal da Vara Ambiental de Florianópolis que confirmou a Portaria Declaratória e reconheceu o Morro dos Cavalos como terra tradicionalmente ocupada. Para a comunidade Guarani não é novidade, porque esta já é a terceira vez que os contrários entram com ação judicial e perdem, mas cada uma delas é comemorada, porque confirma a palavra Guarani. Agora só falta a presidenta Dilma Rousseff assinar a Homologação, tanto esperada pela comunidade.

A ação popular nº 2009.72.00.002895-0 (SC) / 0002895-98.2009.404.7200 que tramitava desde março de 2009 pretendia anular o processo demarcatório da terra indígena Morro dos Cavalos, em Palhoça – SC. O autor, um comerciante da região, distante da TI, alegava a “inexistência de tradicionalidade exigida pelo artigo 231 da Constituição Federal, por flagrante lesão ao direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como lesão grave ao patrimônio público e ambiental.”. Fazia uso de argumentos preconceituosos e racistas, “que os índios são de origem paraguaia e que não seria justo que, sob o argumento de que “guarani é tudo igual” venham os integrantes da FUNAI e das ONGs regularizar no Brasil terras para etnias tradicionais do Paraguai e da Argentina, incentivando, com isto, a imigração ilegal de indígenas aculturados e mestiços.”

Na decisão o Juiz federal reconheceu que Morro dos Cavalos é de ocupação tradicional Guarani há décadas e “não cabe no presente momento desqualificar tal comunidade com adjetivos preconceituosos, chamando-os de paraguaios e aculturados, para o fim de tentar retirar os seus direitos garantidos constitucionalmente. Não existe uma cultura inferior, como quer fazer crer a parte autora. Ao contrário, existem culturas que merecem uma proteção especial, garantida constitucionalmente, a fim de que não venham a se extinguir no futuro”.

Reconheceu também que o princípio da ampla defesa foi observado, uma vez que o procedimento administrativo seguiu todos os trâmites previstos no Decreto 1775/96 e também observou que a presença Guarani na região não impacta ao meio ambiente, como argumentava o autor da ação, “todos os laudos antropológicos reconheceram que a cultura guarani possui um elevado respeito pelo meio ambiente, não havendo motivos para a preocupação.”

Morro dos Cavalos

A TI Morro dos Cavalos, localiza-se no município de Palhoça (SC) e ocupa uma área de 1.988

CONT.



ha. Atualmente a população é de 190 pessoas e 34 famílias, onde mais de 50 % da população são crianças de 0 a 14 anos. Situa-se entre a serra e o mar, numa região rica em biodiversidade. Apesar de grande parte dela ser de morro, para os Guarani é uma área estratégica, lugar de passagem e de moradia, lugar que faz a junção entre os vários ambientes no território Guarani.

A área foi reconhecida em 2002, tendo sido publicada a Portaria Declaratória apenas em 2008. Desde então foi concluída a demarcação física e apenas quatro, das 74 famílias de posseiros, foi indenizada. Na audiência realizada no Ministério da Justiça em novembro de 2013, o Ministro José Eduardo Cardoso, pediu paciência a cacique Kerexu Yxapyry - Eunice Antunes, alegando que os "astros estão concluindo contra". Espera-se que agora que ao menos a Justiça esteja confluindo a favor, o Ministro se empenhe pela homologação.

Contra a demarcação estão interesses da especulação imobiliária, que deseja a terra para a edificação de resorts. O governo do estado tem se empenhado em questionar a TI, inclusive ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal, ação ainda não julgada.

As palavras da cacique ecoam na serra e no mar, na esperança de serem ouvidas pelos responsáveis pelo cumprimento das leis: "Nunca desisti de lutar para a conquista do nosso espaço. Jamais desistirei. Pois acredito que quem é liderança não luta por si só, mas luta por algo que lhe recompense em ver o seu povo bem. O seu povo em paz, as suas crianças felizes sonhando com um futuro bem melhor. Hoje não dá pra falar vou apenas escrever, em silêncio, porque é assim que recebo a minha sabedoria, desarmada em silêncio e andando para frente sempre. Ha'evete. Aguyjevete!"

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2015



Unidades móveis vão ajudar no enfrentamento à violência contra as mulheres
SÍTIO PANTANAL NEWS, 24.02.2015

Por Solange Mori do Notícias MS/ Redação Pantanal News

Campo Grande (MS) – Ponta Porã e Dourados serão os primeiros municípios a receberem unidades móveis para atendimento às mulheres que vivem no campo, em aldeias, comunidade quilombola e em assentamentos. A definição foi resultado da primeira reunião do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que aconteceu nesta segunda-feira (23) , no auditório da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast).

As unidades móveis vão servir de apoio em locais onde é alto o índice de agressões contra as mulheres. A atuação das unidades será na prevenção, proteção, e repressão contra a violência e a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho.

Na oportunidade, a gestora estadual de políticas públicas para mulheres, Luciana Azambuja Roca, apresentou a nova estrutura da equipe, agora vinculada à Sedhast, e reafirmou o compromisso de diálogo aberto e participativo com as entidades representadas no Fórum.

Fórum

O Fórum, coordenadora pela Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Estado de Mato Grosso do Sul, vinculado à Sedhast, tem como finalidade formular e debater propostas de políticas públicas e acompanhar as ações governamentais relacionadas às mulheres do campo e da floresta, especialmente no que tange ao enfrentamento à violência (palestras e informações sobre Lei Maria da Penha e orientações gerais).

É o Fórum quem delibera sobre o uso e calendário de viagens das unidades móveis, levando até as comunidades mais distantes informações e orientações jurídicas, de saúde, de acesso ao trabalho e microcrédito, entre outras políticas.



Sesau discute saúde da população negra com entidades de classe

SÍTIO AQUI ACONTECE, 24.02.2015

Os integrantes de movimentos sociais ligados a diversos segmentos fizeram uma ampla discussão sobre a política nacional de saúde integral da população negra durante encontro com a secretária de Estado da Saúde, Rozangela Wyszomirska.

Ainda na pauta, houve discussões sobre doenças como falciforme, Aids e outras ações voltadas à assistência à saúde.

Durante a reunião, os representantes de diversos segmentos que integram o Conselho Estadual da Igualdade Racial fizeram um relato das condições dos serviços de saúde nos municípios alagoanos, assim como sobre as comunidades quilombolas que ficam afastadas e enfrentam várias dificuldades para manter o tratamento de alguns pacientes, principalmente quando necessitam se deslocar para Maceió.

A representante do Conselho Estadual da Igualdade Racial, Valdice Gomes, relatou o caso de um paciente da comunidade quilombola Mombaça, na cidade de Traipu, que não tinha transporte para chegar a Maceió, onde faz tratamento uma vez ao mês. "Esse é um segmento invisível nesses municípios em áreas que têm dificuldade de acesso e necessita de uma atenção especial", frisou.

O professor da Universidade Federal de Alagoas Jorge Riscado afirmou que o encontro tinha como finalidade apresentar o trabalho que vem sendo realizado por diversos setores, junto às populações carentes, como negros, ciganos, povos de matriz africana e outros. Ele destacou que a intenção é trabalhar em parceria com a Sesau e implantar uma política de Estado, que atenda às necessidades.

"Investir em atenção básica, educação e saúde são essenciais", destacou a secretária Rozangela Wyszomirska, durante o encontro, acrescentando que há casos de doenças antigas como hanseníase, sífilis, tuberculose e outras que poderiam estar controladas, caso houvesse a primeira assistência.

A secretária lembrou que, ao assumir o cargo, já visitou alguns municípios para conhecer a realidade. Rozangela se prontificou a trabalhar em conjunto e solicitou que seja encaminhado um plano para atender à população negra na área da saúde, que será levado a Brasília.

Por Agência Alagoas.



Plano Estadual de Contingência da Defesa Civil auxiliará municípios em caso de enchente

SÍTIO RONDÔNIA DIRETA, 24.02.2015

O Corpo de Bombeiros Militar, que atua como a Defesa Civil em Rondônia, está preparado para atuar nos municípios em que houver necessidade de socorro a vítimas. Em 2014, realizou trabalho de salvamento e assistência aos atingidos pela enchente.

O Corpo de Bombeiros Militar, que atua como a Defesa Civil em Rondônia, está preparado para atuar nos municípios em que houver necessidade de socorro a vítimas. Em 2014, realizou trabalho de salvamento e assistência aos atingidos pela enchente. Além disso, transportou doentes de municípios isolados para a Capital a fim de receber tratamento. Um Plano Estadual de Contingência está sendo desenvolvido e deve agregar os planos de contingência dos municípios. Nem todos os municípios têm necessidade de ter o plano, mas de acordo com o que vai acontecendo, ele é atualizado, sendo modificado para atender aos locais necessitados de assistência.

Segundo o diretor de Planejamento e Operações do Corpo de Bombeiros, tenente Artur, para que eles atuem, é necessária solicitação do município atingido. "A primeira resposta cabe ao município. Ao exceder sua capacidade de resposta, pede auxílio à Defesa Civil estadual, que atua em conjunto com o Corpo de Bombeiros utilizando toda sua estrutura", disse.

A atuação do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil estadual é no sentido de oferecer a logística necessária para transportar os atingidos pelo desastre natural, dar-lhes assistência em local seguro e auxiliar no processo de reconhecimento da situação de emergência ou estado de calamidade pública, ou seja, reconhecimento da situação.

Segundo ele, poucos municípios do Estado têm condições de manter um quadro profissional necessário para atender à demanda devido aos altos custos. Com isso, cria-se um entrave de atendimento, pois os municípios não são estruturados para o atendimento básico inicial. "Em se tratando de socorro, nenhum município tem condições de atender", garante.

Neste ano, a capital Porto Velho já solicitou auxílio para socorrer os atingidos pela cheia nas áreas mais baixas, em que o rio já chegou. "Neste ano o rio Madeira está cerca de 1,5 metros abaixo da mesma marca registrada no ano passado, mas, mesmo assim várias áreas já foram atingidas", relata.

O Procedimento Operacional Padrão (POP) para ações de resposta em Defesa Civil vai definir as ações a ser tomadas, de acordo com as diretrizes do gestor que estiver à frente, tanto em nível municipal quanto estadual.

CONT.



O POP auxilia na tomada de decisão por parte da Defesa Civil Estadual, onde nele consta o que fazer e que ações tomar desde o primeiro momento em que se é comunicado.

Após o reconhecimento da catástrofe, conforme o tenente Artur, são acionadas as autoridades municipais e estaduais para o acolhimento das pessoas.

RECONSTRUÇÃO

Ele lembrou também que o Estado ainda está trabalhando com o plano de reconstrução das áreas atingidas pela enchente de 2014, e que o governo Federal ainda não repassou todos os recursos para cobrir os gastos que Rondônia teve. Quanto aos desabrigados que estavam acampados no Parque dos Tanques, apenas três das 42 famílias ainda se encontram no local. Os demais entraram em acordo, recebem o aluguel social e ainda terão direito a uma casa construída numa parceria dos governos estadual e Federal, por meio dos Programas Morada Nova e Minha Casa Minha Vida, respectivamente.

“Essas três famílias ainda estão no local pois não se enquadram nos requisitos do Minha Casa Minha Vida, não receberam o aluguel social e, portanto, ainda não entraram em acordo. Elas estão sob a guarda do município”, informou o tenente, adiantando que a situação delas será informada ao Ministério Público (MP) para que auxilie na solução do problema.

Para o tenente Artur, houve um lado positivo que se pode tirar da trágica enchente de 2014, quando grande parte do estado ficou isolada devido ao alagamento da BR-364, especialmente os municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim. A Estrada Parque, aberta pelo governo de Rondônia, possibilitou o transporte de cargas, alimentos, medicamentos e pessoas. Lá foram construídas três pontes e a estrada foi feita em tempo recorde.

Isso possibilitou também a agilidade de quem morava próximo a Nova Mamoré, mas tinha de fazer o trajeto indo para Ariquemes, Porto Velho e depois ir a Nova Mamoré num trajeto de mais de 500 quilômetros. “Agora, com pouco mais de 50 quilômetros, o sitiante/fazendeiro resolve suas pendências, graças à Estrada Parque”, argumenta.



Após cheia, governo decreta estado de calamidade em cidade do Acre

SÍTIO GLOBO.COM, 24.02.2015

*Seis municípios do AM e dois do Acre estão em situação de emergência.
Famílias foram transferidas para abrigos.*

Jefson Dourado
Rio Branco, AC

Chove forte na região norte do Brasil. Seis municípios do Amazonas e dois do Acre estão em situação de emergência. Na cidade de Brasileia a situação é de calamidade pública.

Do alto é possível ver a dimensão da enchente. Praticamente toda uma cidade está debaixo d'água. Brasileia, distante 232 quilômetros de Rio Branco, sofre a com a maior cheia da sua história. O nível do Rio Acre atingiu hoje 15,36 metros. Quase um metro acima da medição de ontem (14,74 metros). Treze bairros estão inundados. Escolas e órgão públicos pararam de funcionar. A energia elétrica foi cortada em vários bairros.

O sistema bancário caiu e a comunicação via celular de três operadoras está interrompida. O Hospital Raimundo Chaar, o maior da cidade, também foi atingido e atende apenas casos de emergência.

O governo do estado decretou estado de calamidade no município. A cidade vizinha de Epitaciolândia também sofre com a cheia. Nos dois municípios, mais de 860 famílias tiveram de deixar suas casas. No total são 2.620 pessoas atingidas.

Na capital do estado, o Rio Acre também já transbordou, mas a Defesa Civil está em alerta, preocupada com o grande volume d'água que vem da região de Brasileia e deve chegar ao Rio Branco dentro de três a quatro dias.

Cento e oitenta e oito famílias foram já foram transferidas para o abrigo público, montado no parque de exposição de Rio Branco.

Em Rondônia, a maior preocupação, por enquanto é com a BR-363, que liga esse estado com o Acre. Técnicos da Defesa Civil e do Denit monitoram diariamente o nível do Rio Madeira. Na entrada de Jacy Paraná a Santo Antônio energia está construindo uma Barreira de Pedras, na beira da rodovia, para tentar impedir que as águas invadam a estrada, como aconteceu na cheia histórica do ano passado.

No Amazonas, o governo do estado já decretou situação de emergência em seis municípios. Em Canutama, a 600 quilômetros de Manaus, o Rio Purus já alagou 60% das casas. Segundo a Defesa Civil, mais de nove mil famílias foram atingidas pela cheia no estado do Amazonas.

Indígenas de Rondônia e Mato Grosso se preparam para lutar por suas terras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.02.2015



Cimi

Diminuir a área indígena não será fácil. A frase é de Roberto Cinta Larga, um dos representantes da comitiva que está em Brasília e foi ouvido pelo CIMI para tratar uma série de pautas junto aos três poderes. Ela foi dita durante uma reunião que aconteceu no Centro de Formação Vicente Cañas, na manhã de ontem (23), onde a delegação de indígenas de Rondônia e Mato Grosso está hospedada.

A ameaça no Congresso por meio da PEC 215/00, a estagnação nos processos de demarcação de terras, bem como as invasões e as pressões para diminuir as áreas indígenas compõe a principal pauta das lideranças indígenas que estão articuladas para sensibilizar parlamentares e pressionar o governo sobre o tema. Além disso, questões específicas como povos que ainda buscam reconhecimento, revisão de demarcação e ampliação de áreas demarcadas também figuram sobre a pauta das audiências que devem acontecer essa semana. O sucateamento da FUNAI e o enfraquecimento do órgão também está sendo questionado.

CONT.



Outra questão bastante polêmica e que também é uma das principais pautas se refere ao tema do pagamento por serviços ambientais, a exemplo do projeto Carbono Suruí. Representantes do povo Suruí exigem o cancelamento e total interrupção do projeto na região. Isso porque, entre outras questões, segundo um dos representantes da comitiva, Henrique Surui, o projeto está enriquecendo uns e causando discórdia e divisões no povo. "Nossas famílias estão brigando entre si por causa desse projeto", explicou.

A educação escolar indígena e a atenção à saúde indígena também são pautas da delegação que já possui uma agenda ao longo da semana. Confira a programação:

Já na manhã desta terça-feira (24) algumas das lideranças serão recebidas para uma entrevista na Rádio Nacional da Amazônia. Ainda pela manhã, está marcada uma audiência com representantes da FUNAI.

Na quarta-feira a delegação participa de um café da manhã na Câmara dos Deputados e o dia será reservado para visita de parlamentares, na qual pretendem entregar um documento com as principais demandas da região.

Quinta-feira será a vez do Judiciário. O grupo pretende visitar o Supremo Tribunal Federal para sensibilizar os ministros a votarem contra a decisão da 2ª Turma, que votou em favor de restrições aos direitos dos povos em dois casos referentes ao alcance do que é terra tradicional indígena.

Foto de Laycer Tomas: Povos indígenas protestam contra a PEC da demarcação das terras indígenas.

Preso grileiro responsável por 20% do desmatamento da Amazônia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.02.2015



EcoDebate

Ezequiel Antônio Castanha, o maior grileiro da BR 163, foi preso pelo Ibama no último sábado (21), em Novo Progresso, no Pará. A ação contou com a participação da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança. A prisão preventiva foi decretada pela Justiça Federal de Itaituba por ação movida pelo Ministério Público do Pará.

A prisão de Castanha coroa com êxito a Operação Castanheira, deflagrada pelo Ibama, Ministério Público Federal, Receita Federal e Polícia Federal, que desarticulou a maior quadrilha de grileiros que operava na região da BR 163, no estado do Pará, respondendo por 20% de todo o desmatamento da Amazônia.

Segundo o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo, que acompanhou a operação, a efetivação da prisão do grileiro Castanha é o maior marco representativo das ações de combate ao desmatamento no oeste do Pará. "A desarticulação desta quadrilha contribui significativamente para o controle do desmatamento na região".

Castanha vinha atuando na BR 163 invadindo terras da União, promovendo o desmatamento e comercializando ilegalmente as terras furtadas. Apenas o núcleo familiar do grileiro responde por quase R\$ 47 milhões em multas junto ao Ibama, sem contar com os autos de infração em nome dos demais membros da quadrilha.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 33/2015

Brasília, 24 de fevereiro de 2015.

O maior desmatador da Amazônia será julgado pela Justiça Federal e poderá receber pena de mais de 46 anos de prisão pelos diversos crimes cometidos, tais como desmatamento ilegal, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, uso de documentos falsos, além de outros.

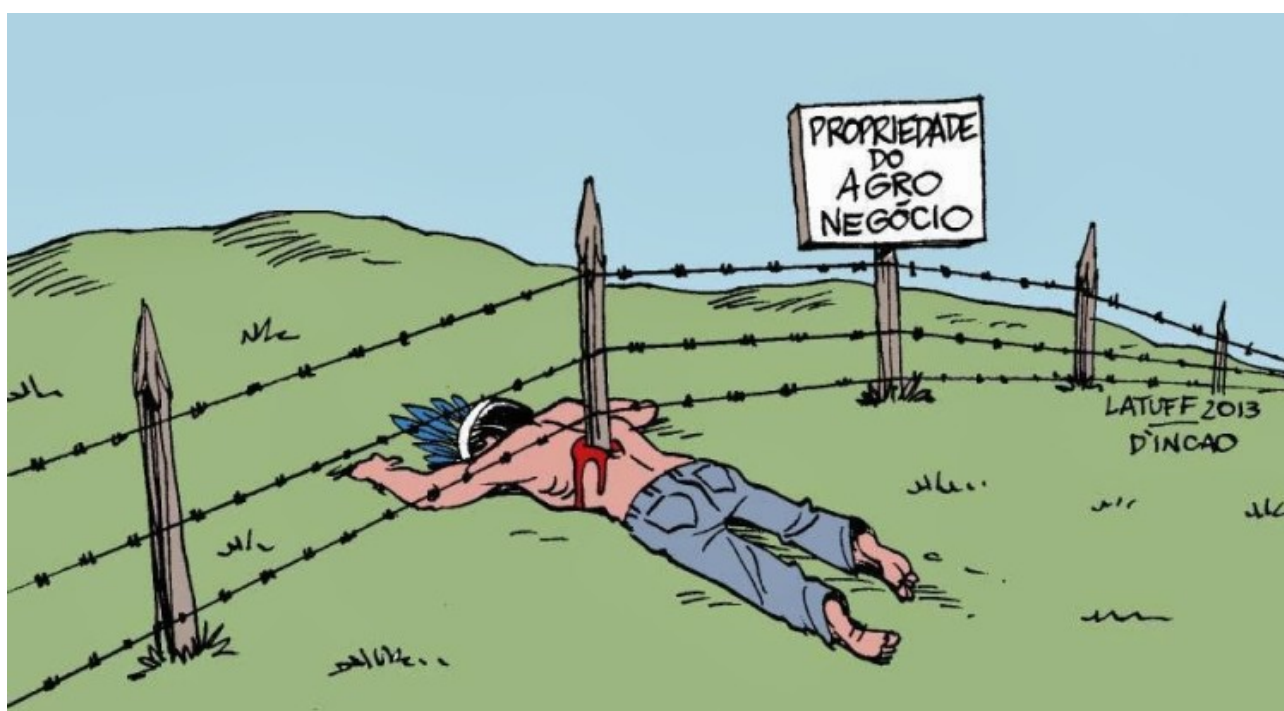
Fonte: MMA

Audio por Maíra Heinen, da Radioagência Nacional.

* Para baixar o arquivo de áudio clique [aqui](#).

Mais uma: "Justiça suspende estudo de demarcação da Terra Indígena Roro-Walu em Paranatinga"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.02.2015



Por Expresso MT

A Justiça Federal do Distrito Federal determinou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) suspenda os trabalhos administrativos referentes à criação da Terra Indígena Roro-Walu, que o órgão alega [sic] ser da etnia Ikpeng, em Paranatinga-MT. A decisão, publicada dia 12 de fevereiro, atende a um pedido feito pelo Sindicato Rural do município. Segundo o despacho judicial, o órgão deverá apresentar informações do processo de demarcação da área ao sindicato para então dar continuidade aos estudos.

A área, de aproximadamente 150 mil hectares, abrange cerca de 50 propriedades rurais, onde são cultivados 40 mil hectares de grãos, além de pecuária de corte.

Segundo o despacho da juíza Adverci Rates Mendes de Abreu, a Funai "facultou às entidades civis, na fase de estudo, a oferta de informações/manifestação sobre a área objeto da

CONT.



identificação, no prazo de 30 dias contados da data de publicação do ato (07 de novembro de 2014) que constitui o grupo técnico de estudo”.

Ainda conforme a decisão, “a Requerida (Funai) não pode, nos termos da lei, se abster de prestar as informações solicitadas por ele através de notificações bem como não pode obstar a oitiva de testemunhas a serem indicadas pelos produtores rurais da região sujeita à demarcação e muito menos negar cópias dos documentos que compõem o processo administrativo”.

“A justiça entendeu que a Funai apresentou informações incompletas e inconsistentes em relação ao processo administrativo aos representantes dos produtores e ao município de Paranatinga e obrigou o órgão a apresentar os dados antes de prosseguir com os estudos”, explica o analista de Assuntos Fundiários da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) Lino Amorim.

De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Paranatinga, Thomas Paschoal Alves Correia, os produtores estão temerosos com a situação. “Está causando uma insegurança geral no município. Muitos produtores estão deixando de investir na cidade com medo de que percam tudo. Estamos preocupados de que aconteça em Paranatinga o mesmo que aconteceu em Suiá-Missú”, frisa Correia.

O município de Paranatinga já possui três Terras Indígenas demarcadas: a Bakairi (61 mil ha), a Marechal Rondon (98 mil ha) e uma parte do Parque Nacional do Xingu. Além da TI Roro-Walu, há outra em processo de estudo chamada Hoohi.



I ato em repúdio aos assassinatos sofridos pelos Maxakali

SÍTIO CEDEFES, 24.02.2015

Homenagem à Daldina Maxakali

No dia 31 de janeiro de 2015, Daldina Maxakali saiu da Aldeia Verde e foi até Ladainha (MG). Era o final de uma tarde de sábado, ela estava em frente a um bar movimentado da cidade quando um motociclista a atropelou violentamente seguindo seu caminho sem prestar socorro. Daldina carregava um balaio com mangas que havia coletado na estrada. No chão, ficaram as marcas do pneu da motocicleta que se misturaram com as marcas das mangas que ela carregava e com as marcas do sangue de seu corpo. Quando perguntados sobre o ocorrido, os frequentadores do bar disseram não saber de nada. No Domingo, ela faleceu em Teófilo Otoni (MG).

Nós da Aldeia Verde Maxakali deixamos aqui um recado para todos saberem que os brancos estão nos matando com seus carros, motocicletas, armas e circulando por aí impunemente. Além de Daldina, em 2014 Betânia Maxakali foi atropelada em Teófilo Otoni (MG), Zé Ilton Maxakali atropelado próximo a Batinga, Valdeir Maxakali apedrejado em Santa Helena de Minas (MG) e Vicente Maxakali baleado nas proximidades de Itanhém. Meses depois desses assassinatos, essas pessoas que mataram nossos parentes não sofreram nenhum tipo de punição.

As almas de nossos parentes que foram mortos estão circulando pelos lugares onde foram assassinados e eles passaram a ser o dono desses lugares. Ali, escutamos durante a noite os seus cantos. Por isso, nós indígenas Maxakali de Água Boa, Pradinho e da Aldeia Verde faremos um protesto no local onde Daldina faleceu e prestaremos homenagens a nossos parentes mortos em outros locais através dos cantos dos seus espíritos. Gostaríamos então de convidar parentes e amigos para comparecer no dia 27 de fevereiro em Ladainha, às 8:00 na praça da Alegria em frente à prefeitura de Ladainha. Nosso objetivo é chamar atenção da população para o ocorrido e cobrar uma postura mais dura da polícia, das prefeituras, da FUNAI e da Justiça com relação aos assassinatos de nossos parentes.

Assinam: indígenas Maxakali de Água Boa, Pradinho e da Aldeia Verde.

https://www.facebook.com/events/614714318662210/?ref=6&ref_notif_type=plan_user_invited

Indígenas do Alto e Médio Solimões vão à ALE-AM discutir suposta extinção da Seind
SÍTIO A CRÍTICA, 24.02.2015

Representantes de várias etnias aguardam audiência com o governador José Melo para discutir informação de uma possível extinção da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas



Indígenas que representam dez etnias do Alto e Médio Solimões esperam audiência com o governador José Melo
(Janaina Andrade)

Indígenas que representam dez etnias do Alto e Médio Solimões e esperam audiência com o governador José Melo, para discutir a possível extinção da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), ocuparam na manhã desta terça-feira (24) a galeria da Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM).

Os representantes que estão em Manaus há mais de um mês já estiveram duas vezes na sede do Governo pleiteando uma conversa com Melo, mas nos dois momentos não obtiveram sucesso.

Conforme o membro da MECMAM (Comissão do Movimento Etno-cultural de Mobilização do Amazonas), Paulo Mendes, da etnia Tikuna, o deputado Vicente Lopes (PMDB), que é presidente da Comissão de Assuntos Indígenas da ALE, deverá reiterar as demandas das lideranças durante discurso no grande expediente.

CONT.



"Já tivemos duas reuniões com o deputado Vicente Lopes e ele também já enviou ofício ao governador pedindo um encontro para discutir essa informação da possível extinção da Seind. Nós não queremos brigar, discutir, nem falar alto. Queremos apenas dialogar com o José Melo, pois durante a campanha ele soube vir até os líderes indígenas, e agora não nos dá nenhum sinal de conversa", desabafou Mendes.

Na ocasião, eles revelaram que a MECMAM (Comissão do Movimento Etno-cultural de Mobilização do Amazonas) tem um nome para a Seind, para substituir o atual secretário, Bonifácio José Baniwa.

Os líderes disseram ainda que possuem um parente a ser indicado ao governador na audiência que esperam conseguir. O indicado é Raimundo Nonato Pereira Sobrinho, da etnia Waimiri-Atroari, um dos integrantes do movimento criado em fevereiro deste ano.



Homem considerado o maior desmatador da Amazônia é preso

SÍTIO GLOBO.COM, 24.02.2015

Empresário chefiava organização criminosa que desmatava e vendia terras públicas por até R\$ 20 milhões. Dívida em multas é de R\$ 47 milhões.

A Polícia Federal prendeu no Pará o homem considerado o maior desmatador da Amazônia. Segundo as investigações, o empresário chefiava uma organização criminosa que derrubava a floresta e vendia as terras públicas por até R\$ 20 milhões. Só de multas, ele deve quase R\$ 50 milhões ao Ibama.

Ezequiel Antônio Castanha está preso em Itaituba, oeste do Pará. Segundo a Polícia Federal, o empresário é acusado de comandar uma quadrilha que agia na região onde o Ibama vem detectando os maiores focos de desmatamento ilegal na Amazônia: às margens da BR-163, entre os municípios de Novo Progresso, Itaituba e Altamira.

De acordo com as investigações, só no ano passado, a quadrilha invadiu florestas nacionais, reservas indígenas, assentamentos, e desmatou uma área equivalente a 15 mil campos de futebol. Mas a polícia acredita que a devastação seja bem maior porque os grileiros estariam na região há mais de 10 anos. Ezequiel foi capturado seis meses depois da Operação Castanheira, quando outras seis pessoas foram presas.

“Crime organizado é isso. Um faz o desmatamento, outro cuida da lavagem de dinheiro, o outro cuida de como as terras devem ser vendidas após ser desmatadas. Sem dúvida nenhuma, tratava-se da quadrilha mais organizada no desmatamento no estado do Pará”, afirma o Superintendente da Polícia Federal no Pará Ildo Gasparetto.

Segundo o Ibama, só de multas por crime ambiental, o empresário deve R\$ 47 milhões. A operação não se limitou apenas a investigar os crimes ambientais com o Ibama. Polícia, Ministério Público e Receita Federal também descobriram como a quadrilha movimentava os recursos obtidos com a venda ilegal dos lotes de terra. Segundo as investigações, Ezequiel Castanha organizou um esquema criminoso que desviou R\$ 100 milhões em sonegação de impostos e lavagem de dinheiro.

“A quadrilha tinha corretores. Esses corretores buscavam compradores, produtores rurais no Sul, Sudeste do país e compravam essas áreas por R\$ 5, 10, 15 milhões”, afirma o procurador da República Daniel Azeredo.

O advogado Alberto Vila Cabano que defende Ezequiel Castanha, afirmou que o empresário está sendo vítima de acusações infundadas e que vai provar a inocência no decorrer do processo.



Projeto leva consciência ambiental a comunidades ribeirinhas; 7 toneladas de lixo são recolhidas das margens do rio

SÍTIO OLHAR DIRETO, 24.02.2015

Defensoria Pública

Com novas parcerias, os serviços realizados na oitava edição do Projeto Ribeirinho Cidadão foram ampliados, levando não apenas assistência jurídica e social às comunidades localizadas às margens dos rios de Barão de Melgaço a Poconé, mas também consciência ambiental. Além de atividades lúdicas com crianças, nos primeiros dias de realização do projeto foram recolhidas sete toneladas de lixo das margens dos rios.

O lixo foi recolhido pelos próprios moradores que, mediante a entrega do material, recebiam cobertores, meias, roupas e calçados doados pela Receita Federal. Os sacos de lixo foram entregues aos ribeirinhos antes do início do projeto pela Colônia de Pescadores Z5, que também cedeu o barco para carregar o entulho.

“Começamos a mostrar para os pantaneiros a necessidade de se preservar o meio ambiente e vimos que podemos ir além. Esse trabalho comprova que a Defensoria também tem um braço social, é uma contribuição para o Estado Democrático de Direito e respeito à cidadania”, declarou o Coordenador do projeto por parte da Defensoria Pública, Air Preiro.

Já o trabalho de conscientização das crianças ribeirinhas está sendo realizado em todas as comunidades por onde passam as embarcações do Ribeirinho por uma equipe do Juizado Volante Ambiental (Juvam) por meio de uma brincadeira criada pela própria equipe que envolve um jogo de perguntas e respostas sobre a flora e a fauna e até mesmo a participação de um palhaço.

“De maneira lúdica passamos para essas crianças noção de proteção do meio ambiente e consciência ecológica, plantando a semente da sensibilização ambiental nas pessoas que vivem na natureza”, declarou o Juiz Titular do Juizado, Rodrigo Curvo. Além da brincadeira lúdica, o Juizado também doou os óculos que são distribuídos à população e quatro mil mudas de planta que estão sendo distribuídas.

Em cinco dias, a comitiva do projeto já realizou atendimento em Barão de Melgaço e nas comunidades de Estirão Comprido, Cuiabá Mirim e São Pedro de Joselândia, compreendendo um total de 19 comunidades. A etapa fluvial se encerra no próximo dia 28 e no dia dois começa a parte terrestre, com cinco dias de duração.

São parceiros da Defensoria Pública na realização do Ribeirinho Cidadão VIII, o Tribunal de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 33/2015

Brasília, 24 de fevereiro de 2015.

Justiça de Mato Grosso; Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal Regional Eleitoral; Secretaria Estadual de Segurança Pública; de Saúde e de Meio Ambiente; Juizado do Meio Ambiente; Receita Federal; Polícia Militar; Prefeituras de Barão de Melgaço e de Juscimeira; e de médicos voluntários.

Grupo bloqueia trecho da Constantino Nery e prejudica trânsito em Manaus

SÍTIO GLOBO.COM, 24.02.2015

Protesto ocorre nas proximidades do Terminal 1, no Centro.

Manifestação é realizada por moradores do bairro da 'Matinha'.



Manifestação ocorre nas proximidades do Terminal 1 (Foto: Katiúscia Monteiro/G1 AM)

Um grupo de pessoas bloqueou um trecho da Avenida Constantino Nery na altura do Terminal 1, Centro de Manaus, na manhã desta terça-feira (24). O protesto é organizado por moradores do bairro Presidente Vargas, conhecido como "Matinha". Eles reivindicam construção de moradias do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim). A manifestação, que ocorre no sentido bairro/Centro, prejudica o trânsito na via desde a Rua Pará, na Zona Centro-Sul da capital.

O protesto começou por volta de 8h. Com o bloqueio, alguns motoristas de carros particulares chegaram a passar por dentro do T1 para ter acesso ao Centro da cidade. O Manaustrans solicitou que condutores evitem a Avenida Constantino Nery nesta manhã.

Os manifestantes reivindicam o cadastro de cerca de 50 famílias da "Matinha" no Prosamim, programa do governo estadual que constrói moradias populares em áreas de risco de Manaus. "Há cinco anos, o Prosamim passou para fazer um único cadastro dos ribeirinhos que moram no bairro. Hoje, são 49 famílias do bairro Presidente Vargas que estão sem moradia. Essas pessoas que estão aqui estão pedindo por uma moradia digna", disse a moradora Evelyn Costa.

O G1 aguarda informações do governo do estado sobre a implementação do Prosamim no bairro.

O que não aprendemos com Dorothy Stang

SÍTIO REVISTA ÉPOCA, 24.02.2015

Passados dez anos do assassinato da missionária americana, as lições do episódio foram esquecidas. Entre 2002 e 2013, quase metade de todos os assassinatos de ativistas ambientais do mundo ocorreram no Brasil

Carlos Rittl

O dia 12 de fevereiro de 2005 deveria ser histórico na comunidade do Carmelino, no Município de Porto de Moz, foz do rio Xingu, Estado do Pará. Autoridades como a então Ministra Marina Silva e o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, pousavam de helicóptero para participar de uma reunião com mais de mil ribeirinhos da Reserva Extrativista Verde para Sempre, criada no ano anterior. O Estado Brasileiro parecia finalmente ter chegado ali naquele cantinho da Amazônia, cujos moradores lutavam havia anos contra madeireiros ilegais e grileiros pelo apoio ao uso sustentável dos recursos da área. Era para ser uma celebração. Mas o rumo daquele encontro – e da história da região – virou do avesso na hora do almoço.



A missionária norte-americana Dorothy Stang, assassinada em 2005 (Foto: Lucy Jones)

A reunião foi abruptamente interrompida por uma sentença, que me foi anunciada por telefone pelo pároco Porto de Moz, padre Ney: “Carlos, mataram a Dorothy.” Eu caí desmaiado. A reunião acabou. E o governo do então presidente Lula levava um tapa na cara daqueles que mandam e desmandam na Amazônia.

Eu havia conversado com a irmã Dorothy Stang pela última vez no dia 24 de dezembro de 2004. Liguei para desejar-lhe um bom Natal e tentar deixar uma mensagem de esperança.

As ameaças dos grileiros e madeireiros em Anapu eram tantas e tão explícitas que seguiam até um certo método: começava com pressões sobre as famílias para abandonar os lotes de terra. Depois, os roçados e as florestas dos lotes eram incendiados e “pulverizados” com semente de capim (cresce rápido e domina o terreno, tornando difícil estabelecer um novo roçado de milho, mandioca ou feijão). Tiros eram ouvidos à noite, próximos às casas. Resistindo à

CONT.



pressão até aquele momento, a família recebia a visita indesejada de capangas dos grileiros, que atiravam no fundo de todas as panels da casa enquanto subiam o tom das ameaças verbais. Se o caboclo ainda insistisse em permanecer no lote, sua casa era incendiada e ele podia ser morto.

Esse era o cotidiano da irmã Dorothy. Eram essas as coisas que ela relatava quando ligava para mim. Vivendo desde a década de 60 no Brasil e desde o início da década de 80 na região de Anapu, a freira não tinha medo. Mas pedia ajuda.

Pouco mais de um mês antes do Natal, eu havia encontrado o Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, num evento em Manaus. Conversei com ele sobre a situação em Anapu, a violência contra as comunidades locais e as ameaças à irmã Dorothy, ao Padre Amaro e a outras lideranças locais por fazendeiros e madeireiros de Altamira e Transamazônica. Após me ouvir, o ministro pediu que eu enviasse documentos que tivesse a respeito para seu gabinete, para que seus assessores pudessem se inteirar do assunto e para tomada de decisão.

A tarefa era simples, pois irmã Dorothy, a quem encontrei várias vezes ao longo daquele ano de 2004, tinha me dado cópias das muitas denúncias feitas ao Ibama, ao Incra, e à Polícia Civil, com detalhes da ação daqueles que queriam expulsar à força famílias e comunidades inteiras em Anapu das terras que pleiteavam do Incra, em Projetos de Desenvolvimento Sustentável, uma forma de assentamento da reforma agrária adequado às áreas florestais. Eu já havia enviado a documentação seguidas vezes à PF, sem sucesso.

O ministro desceu a ordem: no início de dezembro de 2004, recebi um telefonema de um dos diretores da Polícia Federal que, por dever de ofício, pediu que eu explicasse o que estava acontecendo. Conteí a ele sobre o que sabia sobre a violência em Anapu e as ameaças de morte contra Dorothy e seus companheiros. Ouvi logo como resposta que a PF recebia várias denúncias como aquela por semana. Depois de eu insistir sobre a gravidade da situação e ameaças de morte, o diretor pediu que eu lhe enviasse documentos e me disse que iriam fazer uma averiguação no local. Enviei mais uma vez cópias do calhamaço de documentos que a irmã Dorothy havia me passado.

Na véspera daquele Natal de 2004, disse à missionária que não sabia se a PF iria ou não ao local, mas que, pelo menos, tinham dito que iriam avaliar a situação. E despedi-me desejando-lhe uma noite de paz junto àqueles que eram sua família, o padre Amaro e os comunitários de Anapu. Infelizmente, o primeiro agente da PF – com a roupa do corpo, sem viatura ou reforços – só botou os pés em Anapu em fevereiro de 2005, para investigar o assassinato.

A missionária católica Dorothy Mae Stang chegou ao Brasil em 1966, para servir de início no Maranhão e depois na Amazônia. Quando chegou a Altamira, pediu ao bispo do Xingu, D. Erwin Kräutler, que a instalasse “no lugar mais pobre daqui”. Ganhou a missão de atuar como professora na miserável Anapu, na Transamazônica.

Na década de 1990, a vida da irmã Dorothy mudaria de vez, com o anúncio, pelo governo

CONT.



Fernando Henrique, do Plano Avança Brasil. Tratava-se de um inédito assalto de obras de infraestrutura planejadas para a Amazônia, que incluíam o asfaltamento da BR-163, da Transamazônica e a hidrelétrica de Belo Monte, um plano dos militares engavetado desde o governo Collor.

A mera expectativa das obras fez com que centenas de famílias de lugares ainda mais pobres que Anapu, no Maranhão e no Piauí, afluíssem à região, na esperança de obter emprego na construção da usina. Pelo mesmo motivo, reacendeu-se em todo o sul do Pará uma corrida de grileiros às terras públicas, já que o preço da terra subiria. O desmatamento e a extração ilegal de madeira explodiram. À irmã Dorothy, que às vezes recebia em Anapu uma família de migrantes por dia, só restava acolher essas pessoas e tentar dar-lhes alternativa de vida. Por isso ela lutou para criar os PDS. E por isso ela morreu com seis tiros à queima-roupa na beira da estrada.

A atrocidade cometida contra uma mulher de 73 anos, freira, estrangeira, e o fato de uma ministra de Estado estar na mesma região do Xingu no dia do crime criaram um desses momentos raros no Brasil: um instante em que o país parece, ainda que por pouco tempo, insurgir-se contra a própria estupidez. O plano de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, que transitava de gaveta em gaveta no governo desde 2004 começou a sair do papel ali, com a megaoperação do Exército para combater crimes fundiários e ambientais no sul do Pará.

A comoção nacional e internacional (num tempo em que o Palácio do Planalto se importava com essas coisas) deram ao fraco Ministério do Meio Ambiente cacife político para operar na Amazônia conforme o plano. Uma área de 8 milhões de hectares no coração da zona de conflito fundiário do Pará foi interditada para a criação de áreas protegidas, para combater a grilagem. Os créditos de bancos públicos que financiavam o desmatamento e a pistolagem foram depois cortados por decreto presidencial. Naquele 12 de fevereiro de 2005, a taxa de desmatamento começou a cair na Amazônia.

Passados dez anos dos disparos feitos por Fogoió a mando dos fazendeiros "Bida" e "Taradão", as lições do episódio foram esquecidas. Outras lideranças morreram e continuam morrendo em disputas fundiárias e por recursos na Amazônia – José Cláudio e Maria, João Chupel Primo, Adelino Ramos, para citar apenas alguns. Entre 2002 e 2013, quase metade de todos os assassinatos de ativistas ambientais do mundo ocorreram no Brasil, conforme afirma a Global Witness. E segundo um relatório da Comissão Pastoral da Terra, pelo menos 174 pessoas estão hoje ameaçadas de morte na Amazônia Brasileira.

A taxa de desmatamento caiu do patamar de 19 mil quilômetros quadrados para algo em torno de 5 mil quilômetros quadrados por ano na Amazônia. Apesar de lá em Brasília muita gente celebrar estes números como estrondoso sucesso, tais taxas de destruição seriam um escândalo em qualquer lugar do mundo. O Brasil ainda é o país que mais destrói florestas no planeta. Além da Amazônia, pelo menos 7 mil quilômetros quadrados de Cerrado são destruídos a cada ano no Brasil. Cerca de 93% da Mata Atlântica, 20% da Amazônia e 50% do Cerrado já viraram fumaça.

CONT.



O poder público, sobretudo ao longo dos últimos quatro anos, dá sinais preocupantes de reversão nas políticas que permitiram que a devastação caísse: mudou o Código Florestal, anistiando desmatamentos passados; suspendeu a criação de unidades de conservação; abandonou a política de manejo sustentável de madeira que daria alternativas econômicas às famílias de locais como a Transamazônica e a BR-163; e ressuscitou todo o pacote de obras do Avança Brasil, ora rebatizado como PAC. A usina de Belo Monte, uma das causas originais dos problemas de Anapu, saiu do papel, com mais desmatamento e mais violência em seu rastro. Unidades de conservação criadas no sul do Pará para conter a grilagem foram reduzidas por decreto para acomodar um conjunto de novas usinas hidrelétricas.

O governo federal parece fiar-se em tudo o que “fez” na década passada para seguir empurrando a Amazônia com a barriga – e com os tratores das obras do PAC. Uma política de desenvolvimento regional que leve em conta o potencial e as especificidades da região jamais foi implementada, e parece distante de sê-lo.

Pode ser útil, nesta época em que se planejam os novos compromissos internacionais do Brasil na área de desmatamento e mudanças climáticas, lembrar do que a leniência dos agentes públicos e de toda a sociedade fizeram com Dorothy. E recordar que a devastação só começou a arrefecer na floresta amazônica por causa de um crime bárbaro e uma vergonha global. Nenhum dos dois parece um bom guia para políticas públicas, ainda mais numa região de quase 30 milhões de habitantes e que abarca 60% do território nacional. Do assassinato da educadora Dorothy Stang, lições profundas ainda aguardam para ser aprendidas.

Carlos Rittl é secretário-executivo do Observatório do Clima, uma coalizão de entidades da sociedade civil.

Subindo, subindo...

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 24.02.2015



Moradora teme perder tudo novamente
(Foto: Andreia Gonzalez/G1)

Ribeirinhos já andam suando frio. O rio Madeira continua subindo, embora menos rápido que no ano passado, na enchente histórica, mas já está muito perto de transbordar, em várias regiões por onde passa. Na zona urbana da Capital, estava ontem a pouco mais de um metro de sair para fora do leito, inclusive próximo à Praça Madeira Mamoré. Em direção ao Acre, a água não chegou ainda à BR 364 por centímetros. A Defesa Civil já está retirando famílias de áreas de risco. Mesmo que não repita 2014, a cheia deste ano também será bastante forte, infelizmente.

Fonte: Sergio Pires.

Corumbá registra 258mm de chuva em fevereiro e população ribeirinha entra em alerta

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 24.02.2015

Pesquisador da Embrapa alerta para frente de cheia que virá do norte



Nesta terça-feira, rio Paraguai em Ladário subiu mais 4 centímetros, e marca 2,78 metros
(Foto: Anderson Gallo/Diário Corumbaense)

Fevereiro tem sido um mês de muita chuva em Corumbá. Dados do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) revelam que de 1º a 22 de fevereiro, a precipitação pluviométrica foi de 258,2 milímetros, quase dez vezes mais do que choveu em janeiro, segundo dados do mesmo instituto. As chuvas dos últimos dias influenciam nos níveis de subida dos rios no Pantanal.

Em nota, o pesquisador da Embrapa Pantanal, Carlos Roberto Padovani, alerta as populações ribeirinhas para a continuidade das chuvas, especialmente nas bacias das cabeceiras dos rios Paraguai e Cuiabá.

O pesquisador observa que o rio dos Bugres, um dos afluentes do rio Paraguai, registrou um pico de 4,13 metros no último dia 13, marcando um aumento de 2,80 metros em relação ao nível registrado no dia 04 (que foi de 1,33 metro). Segundo Padovani, a frente de cheia influenciada pelas chuvas se propaga pelo rio Paraguai. Em Bela Vista do Norte, por exemplo, o nível do rio deve aumentar em pelo menos um metro em relação ao nível registrado no dia 16 deste mês, passando de 3,95 metros para 4,5 a 5 metros na metade de março.

CONT.



Na primeira estimativa para 2015, divulgada pela Embrapa Pantanal em janeiro, o nível máximo previsto para 2015 em Ladário era de 4,6 metros. Trinta e nove dias depois, a régua registrou na segunda-feira (23) 2,74 metros, valor que representa 67,8% da estimativa para o ano. Somente no dia 21 de fevereiro, o rio Paraguai subiu 18 centímetros na régua ladarense; em média a alta tem sido de 5 centímetros por dia.

O nível do rio Paraguai neste começo de 2015 é maior que no início de 2014, ano em que a centenária régua do 6º Distrito Naval de Ladário registrou altura máxima de 5 metros e 42 centímetros. Em 23 de fevereiro de 2014, a marca era de 1,73 metro, 1 metro a menos que o registrado na segunda-feira.

"No Pantanal do MS, caíram fortes chuvas de até 270 mm entre os dias 05 e 07 de fevereiro na região do rio Miranda, Aquidauana, rio Negro, Abobral, rio Vermelho, baixa Nhecolândia, norte do Nabileque e rio Paraguai na região de Corumbá. Essas regiões, que estavam relativamente bem drenadas, receberam uma carga de chuva, favorecendo uma situação preocupante com relação à frente de cheia que virá do norte da bacia", alertou o pesquisador da Embrapa Pantanal.



Vicentinho é contra PEC que propõe alteração na competência para demarcação de terras indígenas

SÍTIO BLOG CLEBER TOLEDO, 24.02.2015

Programa "Palavra Aberta" será gravado e veiculado para todo o País através da Tv Câmara

Nessa terça-feira, 24, às 15 horas, o programa "Palavra Aberta", apresentado pelo jornalista Fábio Souza, entrevistou o deputado federal Vicentinho Júnior (PSB/TO) sobre a PEC nº 215/00, de autoria do deputado Almir Sá, que propõe alteração na competência de poderes da União para a demarcação de terras indígenas – o projeto pretende que o Legislativo seja responsável pela atribuição e não mais o Executivo, além de demais ações que pretendem, até mesmo, a ratificação de demarcações homologadas.

Ao "Palavra Aberta", o deputado federal Vicentinho Junior, que é contrário ao projeto, debaterá o tema, apresentando sua visão sobre o assunto e a defesa de seu posicionamento, que afirma ser a favor dos índios brasileiros e não de uma proposta que visa retirar dos povos indígenas os direitos conquistados na República.



Vicentinho: "São graves as consequências de atribuir ao Congresso a responsabilidade sobre a demarcação"

"São graves as consequências de atribuir ao Congresso Nacional essa responsabilidade sobre a demarcação das terras indígenas, até mesmo porque o Projeto é inconstitucional, pois alcança cláusulas pétreas. Os avanços recentes, entre os quais se inclui notável expansão na área de terras demarcadas e uma taxa ascendente de evolução populacional, não podem ser prejudicados. Ou seja, entendo que a demarcação de terras da União é exclusividade do Poder Executivo", pontua o deputado Vicentinho Júnior.

O programa "Palavra Aberta" será gravado e veiculado para todo o país através da Tv Câmara. A data de exibição ainda não foi divulgada pela emissora.



Indígenas de Rondônia estão em Brasília para lutar por demarcação

SÍTIO PORTAL EBC, 24.02.2015

Graziele Bezerra

Dezenas de lideranças indígenas de Rondônia estão em Brasília para apresentar ao governo as demandas dos índios daquele Estado.

Nesta terça-feira (24) eles estiveram na Funai cobrando a demarcação de terras indígenas. Em Seringueiras, município a 530 quilômetros de Porto Velho, índios Puruborá aguardam a finalização dos estudos ambientais há quase 10 anos.

Os Suruí, naturais de Cacoal, também pedem a suspensão do Projeto do Crédito de Carbono Florestal. O crédito de carbono é uma unidade comercial em que cada tonelada de gás carbônico não emitida ou retirada da atmosfera de um país em desenvolvimento pode ser negociada no mercado mundial. Assim, quem detém o crédito se compromete a minimizar os impactos ambientais causados pela sua atividade.

Para os Suruí, a comercialização desses créditos na terra indígena trouxe divisão ao povo. Isso porque apenas um pequeno grupo está sendo beneficiado pelo projeto.

Os índios ficam em Brasília até a sexta-feira. Eles esperam se reunir também com deputados federais para pedir a revogação da Proposta de Emenda à Constituição 215, que transfere do executivo para o legislativo a função de demarcar Terras indígenas. A PEC está arquivada na Câmara dos Deputados.

MG – Quilombolas buscam formas de barrar expansão imobiliária em território
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.02.2015

Moradores da Comunidade Quilombola dos Luízes estiveram na DPU em Belo Horizonte para debater formas de proteger a área em que vivem. O quilombo tem seis mil metros quadrados e abriga aproximadamente cem pessoas.



Adepto

Representantes da Comunidade Quilombola dos Luízes estiveram na segunda-feira (9) na Defensoria Pública da União (DPU) em Minas Gerais para traçar estratégias capazes de barrar a expansão imobiliária na área que restou aos moradores da comunidade. Eles se reuniram com o defensor público federal Estêvão Ferreira Couto, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da unidade de Belo Horizonte.

Localizado na região oeste de Belo Horizonte, bairro Grajaú, o quilombo urbano ocupa uma área de seis mil metros quadrados e possui aproximadamente cem moradores. Ao longo dos anos, grandes construtoras foram cercando o quilombo de edifícios residenciais e comerciais. Originariamente, a comunidade possuía uma área de 18 mil metros quadrados, que, após sucessivas invasões, foi reduzida para a área que hoje consta no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Minas Gerais.

CONT.



Histórico

A Constituição Federal de 1988 garante o reconhecimento da propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras. A DPU em Minas Gerais tem atuado no caso do Quilombo dos Luízes desde que a Justiça Estadual declinou de sua competência para conduzir o processo, o qual seguiu então para a Justiça Federal.

A DPU tem pleiteado a anulação das licenças e alvarás de construção já expedidos pela Prefeitura de Belo Horizonte. A atuação da defensoria também procura resguardar a área dos Luízes de forma integral, buscando a efetiva proteção ao patrimônio histórico e cultural do quilombo. Sua origem remonta ao final do século XIX, antes, portanto, da construção de Belo Horizonte. A comunidade tem sido historicamente liderada por mulheres, e a memória oral do grupo traz Anna Lopes como sua principal fundadora.

Foto: Leandro Couri/EM.



Briga entre indígenas termina com um ferido em santa helena velha

SÍTIO CBN FOZ DO IGUAÇU, 24.02.2015

Uma briga entre membros de uma tribo indígena movimentou o setor policial no município de Santa Helena, às margens do Lago de Itaipu, na madrugada desta segunda-feira (23).

Por volta da 01h00, uma equipe do serviço médico de urgência foi deslocada até a aldeia indígena do distrito de Santa Helena Velha, com o relato de que um homem encontrava-se ferido.

No local, juntamente com a Polícia Militar, foi constatado que a vítima fora agredida com uma enxadada por um primo, durante discussão iniciada após suposto flerte com a amásia do agressor.

Os socorristas prestaram os primeiros atendimentos e encaminharam a vítima até o Pronto-Atendimento Municipal de Santa Helena. O ferido ainda não decidiu se vai representar formalmente contra o primo junto à autoridade policial.